



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

149
8

Agravo de instrumento nº 320068-4 - Comarca de Limoeiro

Agravante: Estado de Pernambuco.

Agravados: Carlos Augusto de Albuquerque e outros.

EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRELIMINAR DE LITISPENDÊNCIA ACOLHIDA À UNANIMIDADE. MÉRITO. FUNÇÃO DE GUARDA PATRIMONIAL. INCORPORAÇÃO DA GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA LEI Nº 11.116/1994 E ALTERAÇÕES POSTERIORES. RECURSO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Preliminar de litispendência em relação aos agravados JOSÉ PEREIRA DE OLIVEIRA FILHO E MANOEL TAVARES CAVALCANTI NETO acolhida à unanimidade, eis que ingressaram com ações ordinárias idênticas a presente, quais sejam, nº 0028303-56.2012.8.17.0001 e 0002036-69.2013.8.17.0920, respectivamente, requerendo a inclusão dos valores referentes à Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo e diferenças acumuladas ditas devidas. Mérito. 2. A pretensão deduzida na ação ordinária de origem é a implantação da Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo na remuneração auferida como Guardas Patrimoniais. 3. Os agravados são policiais militares reformados e foram designados para executar tarefas de Guarda Patrimonial, cujo objetivo de tal exercício é o aproveitamento de militares da reserva para determinadas funções da Segurança Pública, com economia de recursos para a Fazenda Pública, para a realização de tarefas por prazo certo. 4. A função de Guarda Patrimonial corresponde a uma parcela fixa, consignada juntamente com os pagamentos mensais, sob a forma de adicional de designação, não integrando aos proventos dos inativos, nem alterando sua situação jurídica. 5. Assim, os agravados não fazem jus à incorporação da Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, uma vez que esta não é extensiva indistintamente e automaticamente, em caráter geral e permanente a todos os militares, mas àqueles que preencham os requisitos legais à sua percepção. 6. Agravo de instrumento unanimemente provido, para reconhecer a existência de litispendência em relação aos agravados JOSÉ PEREIRA DE OLIVEIRA FILHO E MANOEL TAVARES CAVALCANTI NETO, com extinção do feito primário sem resolução de mérito e obstar a implantação da gratificação

reclamada na remuneração do agravado CARLOS AUGUSTO DE ALBUQUERQUE até o julgamento definitivo do presente instrumental.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do agravo de instrumento nº 320068-4, acima referenciados, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em sessão desta data, e à unanimidade, em dar-lhe provimento, nos termos da ementa supra, do voto e da resenha em anexo, que fazem parte integrante do julgado.

P.R.I.

Recife, 18 de 06 de 2014

Des. Ricardo Paes Barreto - Presidente e relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

145
C

Agravo de instrumento nº 320068-4 - Comarca de Limoeiro

Agravante: Estado de Pernambuco.

Agravados: Carlos Augusto de Albuquerque e outros.

RELATÓRIO

Cuida-se de agravo de instrumento diante de decisão interlocutória que deferiu o pleito liminar requerido, no sentido de determinar a implantação da Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo na remuneração dos agravados, de conformidade com a LCE n 59/2004.

Em suas razões, de fls. 02/22, verbera o Estado agravante, preliminarmente, pela ocorrência da litispendência em relação aos autores/agravados JOSÉ PEREIRA DE OLIVEIRA FILHO E MANOEL TAVARES CAVALCANTI NETO e no mérito, pede sua reforma ante alegada existência de vedação legal à tutela antecipada concedida, que seria irreversível ante seu caráter alimentar, sustentando, ainda, que a gratificação em foco possui natureza *propter laborem*, bem como, que a guarda patrimonial atividade de segurança que não se confunde com a atividade de policiamento ostensivo apresentando remuneração específica prevista na Lei nº 11.116/94.

Pugna pela atribuição do efeito suspensivo ao presente recurso de agravo de instrumento, e no mérito, requer o seu provimento a fim de reformar em definitivo a decisão impugnada.

Decisão interlocutória de fls. 112/113, pelo deferimento do efeito suspensivo requerido pelo agravante.

Não conheço as contrarrazões de fls. 117/126 por serem apócrifas, embora tenha sido oportunizado à parte agravada providenciar a regularização processual do presente feito nos termos do art. 13 do CPC.

Autos conclusos, sem interesse ministerial.

É o relatório.

Inclua-se em pauta.

Recife, 2 de junho de 2014

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

150
0

Agravo de instrumento nº 320068-4 - Comarca de Limoeiro

Agravante: Estado de Pernambuco.

Agravados: Carlos Augusto de Albuquerque e outros.

VOTO

Preliminarmente, reconheço a preliminar de litispendência em relação aos autores/agravados JOSÉ PEREIRA DE OLIVEIRA FILHO E MANOEL TAVARES CAVALCANTI NETO, eis que ingressaram com ações ordinárias idênticas a presente, quais sejam, nº 0028303-56.2012.8.17.0001 e 0002036-69.2013.8.17.0920, respectivamente, requerendo a inclusão dos valores referentes à gratificação de risco de policiamento ostensivo e diferenças acumuladas ditas devidas.

No mérito, a pretensão dos agravados na ação ordinária de origem é a implantação da mencionada Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo na remuneração auferida como guardas patrimoniais, com base no princípio da isonomia.

Com efeito, os agravados são policiais militares reformados e foram designados para executar tarefas de guarda patrimonial.

Como se sabe, o objetivo de tal exercício seria aproveitar os militares da reserva para determinadas funções da segurança pública, com economia de recursos para a Fazenda Pública, para a realização de tarefas por prazo certo. Nessa linha, a referida designação deu-se em consonância com a Lei nº 11.116/1994 e alterações posteriores, que disciplinam a matéria, especificamente em seus arts. 2º e 5º abaixo transcritos:

Art. 2º A designação para a realização de atribuições específicas em por objetivo proporcionar o aproveitamento do potencial do Militar do Estado inativo, com a economia de meios decorrentes, bem como permitir o atendimento de necessidades de segurança, no âmbito do Poder Executivo Estadual. (Redação alterada pelo art. 1º da Lei complementar nº 111, de 3 de junho de 2008).

Art. 5º O Militar do Estado inativo designado nos termo da presente Lei Complementar não sofrerá alteração de sua situação jurídica e, durante a designação, fará jus a:

(...)

§ 1º A retribuição financeira, pelo efetivo exercício, de que trata o *caput* deste artigo, será consignada juntamente com os pagamentos mensais, sob a forma de adicional de designação, nos valores definidos no Anexo Único desta Lei Complementar, isento de descontos previdenciários, sujeitos aos impostos gerais, na forma da legislação tributária em vigor, e não servindo de base de

cálculos ulteriores para os respectivos proventos de aposentadoria, ficando expressamente vedada a sua vinculação a quaisquer vantagens remuneratórias, parcelas adicionais ou acréscimos pecuniários. (Redação alterada pelo art. 1º da Lei complementar nº 111, de 3 de junho de 2008).

Assim, diante dos dispositivos citados alhures, conclui-se que os agravados são remunerados por gratificação específica não fazendo jus à incorporação da gratificação de risco de policiamento ostensivo, uma vez que esta não é extensiva indistintamente e automaticamente, em caráter geral e permanente a todos os militares, mas àqueles que preencham os requisitos legais à sua percepção.

Diante do exposto, reconheço a existência de litispendência em relação aos autores/agravados JOSÉ PEREIRA DE OLIVEIRA FILHO E MANOEL TAVARES CAVALCANTI NETO aplicando-lhes o efeito expansivo objetivo, extinguindo o feito primário sem resolução meritória, nos termos do art. 267, V, do CPC, enquanto dou provimento ao agravo de instrumento, no sentido de obstar a implantação da Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo na remuneração do agravado CARLOS AUGUSTO DE ALBUQUERQUE até o julgamento definitivo do presente instrumental.

É como voto.

Recife, 18 de 06 de 2014

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator